

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Journal de Brasília Class.: 1550  
 Data: 19.02.90 Pg.: \_\_\_\_\_

# Procurador exige cumprimento da liminar

Depois de ter sido envolvido "à sua revelia", segundo afirmou, num pretense acordo entre o governo federal, governo estadual de Roraima e garimpeiros, permitindo que estes últimos continuem atuando em áreas proibidas pela Justiça, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, reuniu ontem a imprensa para confirmar a posição do ministério público na polêmica questão: "A liminar que interdita 9,4 milhões de hectares de Roraima, como território indígena, tem de ser cumprida, do contrário medidas judiciais cabíveis poderão ser tomadas contra os descumpridores da ação cível, no caso a Funai ou o Ministério da Justiça".

Bastante cauteloso com suas palavras, mesmo porque a ação contra os principais responsáveis pela Operação Yanomami só pode ter lugar em instância superior, como o Supremo Tribunal Federal, Aristides Junqueira não escondeu sua surpresa com o anunciado "acordo" negociado em Boa Vista entre o ministro Saulo Ramos, o governador Romero Jucá e o representante dos garimpeiros, permitindo extração de ouro nas áreas indígenas de Catrimane e Uraricoera.

"Essa notícia me espantou, pois eu estava presente na reunião realizada em Boa Vista, e, em momento algum, falou-se em acordo, garantindo-me o ministro Saulo Ramos a disposição do Executivo em cumprir a liminar da Justiça, interditando áreas indígenas para a atividade de garimpagem", confessou o procurador, que participou de uma viagem de três dias a Roraima, acompanhando Saulo Ramos e Romeu Tuma.

Aristides Junqueira defendeu o diálogo e um entendimento maior

entre Executivo e Judiciário na questão da garimpagem, afastando a hipótese de guerra entre os dois lados, na medida em que o ministério público entende a questão por um prisma, e o ministro da Justiça, Saulo Ramos, por outro completamente diferente.

**Malária e desnutrição**

O procurador não escondeu sua preocupação com a situação de saúde dos índios yanomami, admitindo ter encontrado índios desnutridos e com malária, além de garimpeiros exercendo trabalho escravo.

Aristides continua apostando nas promessas que lhe foram feitas durante a viagem por Saulo Ramos, no sentido de existir empenho do governo em retirar os garimpeiros do território indígena, custando a crer na possibilidade de estar existindo jogo duplo com o intuito, por parte do governo, de protelar o problema até 15 de março.

**Funai**

Enquanto isso, a Funai, a quem cabe a responsabilidade pela retirada dos garimpeiros, segundo a Justiça, foi acusada pelo procurador de não estar "cumprindo devidamente sua obrigação".

Questionado sobre o assunto, o presidente do órgão, Iris Pedro de Oliveira, assumiu a acusação dizendo que a Funai não tem estrutura policial para conter a invasão dos territórios indígenas contra brancos.

Ele acha que está se desincumbindo da missão de proteção aos yanomami ao nível de suas responsabilidades e afirmou que, apesar de a área indígena demarcada ser de apenas 2,4 milhões de hectares, é contra a garimpagem nas florestas nacionais que a circundam, por causa da liminar que proíbe tal atividade.

## As contradições continuam

Na última quinta-feira, 1º de fevereiro, o governador de Roraima, Romero Jucá, disse aos garimpeiros reunidos em frente ao Palácio 31 de Março que poderiam voltar às áreas interditadas ao garimpo — Urariquerá e Catrimani. Jucá havia acabado de sair de uma reunião com o ministro Saulo Ramos e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira.

O procurador afirma que não houve acordo entre Governo e garimpeiros. A liminar da Justiça terá de ser cumprida, e o Governo não pode criar áreas de garimpo no que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirma ser Floresta Nacional, porque estas áreas estariam

inseridas nos 9,4 milhões de hectares considerados terras Yanomami.

O procurador Aristides Junqueira diz que, se a retirada dos garimpeiros não for cumprida, o Juiz Federal poderá responsabilizar o presidente da Funai e a Polícia Federal. A Funai, por sua vez, que orienta e coordena os trabalhos de evacuação da área Yanomami, se ressentido de mais verbas e fiscais. Enquanto isso, sindicatos e cooperativas de garimpeiros ganham tempo, continuam explorando o ouro da região e jogam entre a classe a certeza do apoio de Collor. (Carlos Tavares)